

O DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA AMOSC A PARTIR DAS TEORIAS DA BASE EXPORTADORA E DOS POLOS DE CRESCIMENTO

Silvio Cezar Arend¹

Rosemari Fátima Orłowski²

RESUMO

O desenvolvimento está muito presente em discursos, discussões e estudos por parte de diferentes instituições e uma área que ganha espaço é a do desenvolvimento regional. A partir dessa constatação, procurou-se identificar a presença de pré-condições teóricas que influenciam no desenvolvimento de uma região, tomando como referência as teorias da base exportadora e dos polos de crescimento. A região escolhida foi a da Associação dos Municípios do Oeste Catarinense – AMOSC – que parte do Oeste Catarinense, conhecido pela presença da agroindústria de processamento de carnes (aves e suínos). Sua efetiva ocupação ocorreu a partir da chegada de imigrantes oriundos do Rio Grande do Sul e as atividades econômicas voltadas ao mercado tiveram início com a exploração da madeira e, posteriormente, com a produção agropecuária diversificada, praticada em pequenas propriedades rurais. O capital comercial foi a base para a implantação dos frigoríficos para a industrialização de carnes e derivados suínos e a expansão das agroindústrias ocorreu a partir da integração com os agricultores que forneciam a matéria-prima para a indústria. Em relação às teorias analisadas, constatou-se que a agroindústria do processamento de carnes e derivados desempenhou o papel de indústria-motriz, ou seja, impulsionou o desenvolvimento de outras atividades e indústrias. A agroindústria constituiu-se, também, na base exportadora que promoveu a expansão econômica da AMOSC.

Palavras-chave: região; desenvolvimento regional; indicadores socioeconômicos.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento regional consiste numa das áreas de estudo que vem ganhando espaço dentro das discussões relacionadas ao desenvolvimento. O fato de as diferenças econômicas e sociais entre as regiões estarem se acentuando desencadeia a necessidade de maior compreensão quanto à origem das desigualdades.

¹ Doutor em Economia (UFRGS); docente do Departamento de Ciências Econômicas e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - UNISC. E-mail: silvio@unisc.br

² Economista (UNOCHAPECÓ); Mestre em Desenvolvimento Regional (PPGDR-UNISC); pesquisadora UNOCHAPECÓ. E-mail: rosemarif@yahoo.com.br

Existem diversos fatores que podem contribuir na formação de uma região, tais como fatores históricos, formação econômica, capital social, recursos naturais, influência política, entre outros. É possível que alguns desses fatores tenham influenciado na formação da AMOSC³ – Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina, localizada na microrregião de Chapecó, que faz parte da mesorregião Oeste Catarinense, no estado de Santa Catarina.

Apesar de fazer parte da última região do estado a ser colonizada (Oeste Catarinense), que por muitos anos esteve envolvida na disputa de limites, atualmente se configura numa das mais importantes regiões do estado. Iniciou sua colonização com grupos de descendentes de europeus, oriundos do Rio Grande do Sul, encontrou na exploração da madeira a primeira atividade econômica, passando por transformações até se configurar em grande complexo agroindustrial produtor de alimentos.

Assim, este estudo teve por objetivo identificar a presença de pré-condições teóricas que influenciam no desenvolvimento de uma região, tomando como referência as teorias da base exportadora e dos polos de alimentos.

A identificação dos fatores que contribuem para o crescimento da região poderá servir de base para que outras regiões com características semelhantes articulem suas estratégias de desenvolvimento. Por outro lado, o maior conhecimento das especificidades regionais, por parte dos agentes do desenvolvimento da própria região, é importante para direcionar políticas e ações voltadas ao desenvolvimento regional, bem como para servir de base de conhecimento para possíveis investimentos do setor privado.

BREVE CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO

Nesta seção apresentam-se brevemente alguns aspectos relacionados à formação histórica da região oeste catarinense, iniciando com a colonização e com as primeiras atividades econômicas, e na sequência, a formação do capital agroindustrial que hoje conforma a região. A seguir são apresentadas algumas informações sobre sua conformação atual.

a) Colonização e expansão das atividades econômicas

Até a sua efetiva ocupação, a AMOSC contou com a participação de três grupos: os índios nativos, os caboclos e os colonizadores de descendência europeia oriundos do Rio Grande do Sul.

A completa ocupação da AMOSC com desenvolvimento de atividades

³ A AMOSC abrange uma área de 2.955,6 Km², com aproximadamente 240.000 habitantes, e é composta por 20 municípios: Águas de Chapecó, Águas Frias, Caxambu do Sul, Chapecó, Cordilheira Alta, Coronel Freitas, Formosa do Sul, Guatambú, Irati, Jardinópolis, Nova Erechim, Nova Itaberaba, Pinhalzinho, Planalto Alegre, Quilombo, Santiago do Sul, São Carlos, Serra Alta, Sul Brasil, União do Oeste.

econômicas somente ocorreu a partir da chegada dos colonizadores descendentes de europeus. Essa colonização compreende a ocupação das terras por descendentes europeus, compostos principalmente por alemães e italianos, em sua maioria oriundos da chamada “Colônia Velha” do Rio Grande do Sul. Estes colonizadores vieram para a região tendo como aliados o desejo do Governo do Estado de ocupar as terras e a exploração das companhias colonizadoras. Conforme Poli (1995), após emitir uma lei em 1917 para que fossem feitas as regularizações das áreas já ocupadas, em 1919 o Governo Estadual começou a fazer concessões às companhias colonizadoras, marcando o início das empresas de colonização na região.

As companhias colonizadoras vendiam áreas contendo em torno de 24,2 ha, as chamadas colônias. A exploração da madeira vai representar a primeira grande atividade econômica na região da atual AMOSC.

A retirada da madeira era necessária para o posterior cultivo do solo e criação de animais. A produção agrícola diversificada tem seu início paralelamente à exploração da madeira. Conforme Goularti Filho (2003, p.16), “a venda desta (madeira) dotava-se de uma pequena reserva financeira para enfrentar a dureza dos primeiros anos”.

Os colonizadores desenvolveram uma agricultura diversificada, capaz de atender às necessidades de subsistência, utilizando o trabalho familiar com produção de excedentes possíveis de serem comercializados. Sobre esse aspecto, Mello e Schmidt (2002) salientam que, ao adquirirem a terra, os agricultores procuraram desenvolver uma agricultura que pudesse ser inserida no mercado, apesar das dificuldades resultantes da inexistência de estradas e de canais de escoamento da produção.

Um fator que contribuiu para o sucesso da produção diversificada foi a construção da estrada de ferro São Paulo (SP) – Rio Grande do Sul (RS), construída no início do século XX e utilizada para transportar os produtos excedente para o centro do país.

Entre as atividades desenvolvidas nas pequenas propriedades, a suinocultura tinha destaque. Para Mello e Schmidt (2002), a suinocultura sempre foi uma forma de diversificação da propriedade familiar, além de ser uma alternativa à pouca disponibilidade de terra. Ela permite uma melhor utilização da força de trabalho, tendo em vista que a atividade ocupa mão de obra durante todo o ano e suas tarefas podem ser executadas no intervalo de outras atividades.

A partir de 1940, porém, a produção e comercialização de suínos para os mercados paulista e fluminense, através do transporte ferroviário, transformou as condições de produção da região, possibilitando o estabelecimento de relações comerciais sistemáticas para as pequenas propriedades. Aliada à produção e comercialização de produtos como o feijão, o trigo e mesmo aves, todos em caráter complementar, a produção de suínos foi, sem dúvida, o grande fator de equilíbrio e reprodução das unidades camponesas de produção. (POLI, 1999, p.64).

Até a metade da década de 1960 e início de 1970, não havia grandes

entraves para os agricultores entrarem na atividade suinícola. Os agricultores criavam os animais e produziam os alimentos a esses destinados (basicamente milho) na própria propriedade. Porém, ao final da década de 70 e início de 1980, a região passou por profundas transformações econômicas, sociais e políticas. Conforme Testa *et al.* (1996), a agroindústria promoveu o aumento da escala de produção e implementou sistemas especializados de produção, visando atender à expansão do mercado de carne e derivados.

Além do aumento da escala de produção nas propriedades e melhoramento genético da suinocultura, a agroindústria expandiu o sistema de integração também para o setor aves. Segundo Theis e Nodari (2000, p. 19),

a base do desenvolvimento do Oeste de Santa Catarina tem sido a produção, o abate e o processamento de suínos e aves, resultado da integração entre agroindústrias e pequenos produtores rurais [...] A região vem se especializando na produção agropecuária, aumentando continuamente sua participação na produção agropecuária estadual.

A base de desenvolvimento da região da AMOSC esteve fortemente ligada à produção de excedente agrícola e à comercialização desse excedente. Os pequenos comerciantes tiveram importante papel na transformação do capital comercial e industrial, contando também com o apoio governamental.

b) A formação do capital agroindustrial

Os primeiros capitais a se formarem na região tiveram origem no comércio. No princípio o comércio da extração da madeira e depois a comercialização do excedente das pequenas propriedades rurais. O capital acumulado pelos comerciantes mais tarde vai se transformar no capital que originou as agroindústrias.

Conforme Goularti Filho (2003, p. 18):

A origem do capital acumulado, que se desdobrou nos atuais frigoríficos, deve ser buscada nas pequenas atividades comerciais e madeireiras e na forte integração comercial com os centros consumidores de São Paulo. Nessa época, as casas comerciais e os abatedouros do oeste catarinense já compravam os suínos de vários pequenos produtores, num verdadeiro processo de subordinação do médio capital comercial sobre os pequenos proprietários.

O capital industrial, visível nas agroindústrias, tem na integração com os agricultores sua forma de efetivação. A partir da obtenção da matéria-prima dos agricultores, a agroindústria estabelece os padrões de produção, mantendo o controle ideológico⁴ e econômico e estabelecendo uma relação de dependência do

⁴ Os agricultores passaram a acreditar no sistema de integração como a única alternativa para continuarem produzindo em função de possuírem pouco poder de reação contra o sistema imposto.

agricultor em relação à empresa.

Somando-se às características particulares das agroindústrias que contribuíam para sua expansão na região, houve também a ação do governamental. Conforme cita Alba (2002), o Estado desempenhou importante papel na configuração do modelo agroindustrial desenvolvido no oeste catarinense. A região se beneficiou com a criação de diferentes instituições com o intuito de pesquisar e desenvolver novas técnicas de produção, melhores sementes e melhoramento de raças (aves e suínos). Também foi montada uma estrutura financeira com disponibilidade de crédito em que as agroindústrias foram as grandes beneficiadas.

Além dos benefícios oriundos do Governo Federal (crédito rural), quando esse desenvolvia o processo de modernização da agricultura, o Governo Catarinense criou, nas décadas de 1960 e 1970, uma série de programas e incentivos com os quais as agroindústrias puderam se beneficiar. Outra forma de canalizar recursos e benefícios, que ocasionassem o desenvolvimento da região, foi a participação política dos empresários das agroindústrias nas esferas municipal, estadual e federal.

c) População

A densidade demográfica média da AMOSC é de 49 hab/ Km², variando entre 23 hab/ Km² e 234,49 hab/ Km². A Tab. 1 mostra que, segundo o Censo Demográfico de 2000, a AMOSC possuía 240.028 habitantes, constituindo 4,48% da população estadual.

Tabela 1. População por situação de domicílio (rural e urbano) e total, nos municípios da AMOSC no ano de 2000.

Municípios	População Urbana		População Rural		Pop. Total
	Total	(%)	Total	(%)	
Águas de Chapecó	2.022	38,08	3.580	61,92	5.782
Águas Frias	517	20,48	1.008	79,52	2.525
Caxambu do Sul	2.054	39,03	3.209	60,97	5.263
Chapecó	134.592	91,58	12.375	8,42	146.967
Cordilheira Alta	303	9,8	2.790	90,2	3.093
Coronel Freitas	4.494	42,66	6.041	57,34	10.535
Formosa do Sul	891	32,7	1.834	67,3	2.725
Guatambu	983	20,91	3.719	79,09	4.702
Irati	412	18,71	1.790	81,29	2.202
Jardinópolis	815	40,87	1.179	59,13	1.994
Nova Erechim	1.720	48,55	1.823	51,45	3.543
Nova Itaberaba	425	9,99	3.831	90,01	4.256

Municípios	População Urbana		População Rural		Pop. Total
	Total	(%)	Total	(%)	
Pinhalzinho	9.313	75,37	3.043	24,63	12.356
Planalto Alegre	739	30,14	1.713	69,86	2.452
Quilombo	4.697	43,75	6.039	56,25	10.736
Santiago do Sul	521	30,72	1.175	69,28	1.696
São Carlos	5.347	57,1	4.017	42,9	9.364
Serra Alta	1.201	36,07	2.129	63,93	3.330
Sul Brasil	744	23,88	2.372	76,12	3.116
União do Oeste	994	29,31	2.397	70,69	3.391
Total AMOSC	172.964	72,06	67.064	27,94	240.028
Total Santa Catarina	4.217.931	78,75	1.138.429	21,25	5.356.360

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2000

Pode-se observar que Chapecó é o município de maior população, concentrando 61,23% dos habitantes da AMOSC. Na sequência aparecem Pinhalzinho com 5,15% da população e Quilombo com 4,47% dos moradores da região. Por outro lado, os menores municípios em termos de número de habitantes são Jardinópolis, com 0,83% da população da região, e Santiago do Sul, com apenas 1.696 habitantes (0,71% da região).

Quanto à população por situação de domicílio, verifica-se que 72,06% da população da AMOSC residem na zona urbana, percentual inferior à média estadual que é de 78,75% (4.217.931 habitantes). Apesar de a maior parcela da população residir nas cidades, esse fato ocorre em apenas três municípios: Chapecó (91,58%), Pinhalzinho (75,37%) e São Carlos (57,10%). Nos 17 municípios restantes, a maioria da população está na zona rural. Cabe destacar os municípios de Nova Itaberaba e Cordilheira Alta, onde 90,01% e 90,02% de seus habitantes, respectivamente, residem no campo.

d) Atividades econômicas

As principais atividades econômicas desenvolvidas na região estão relacionadas à agropecuária desde o cultivo de culturas voltadas à alimentação dos animais até à industrialização que tem na agroindústria de transformação de carnes seu maior expoente.

Nas pequenas propriedades rurais, 96,61% delas possuíam até 50 ha (IBGE – Censo Agropecuário 1985). As principais culturas são voltadas para o mercado, como milho, soja, feijão, trigo e fumo. Na pecuária destaca-se a produção de aves e suínos.

Além de destacar-se na produção agropecuária, a participação da região na

geração de empregos formais no estado vem aumentando. Os números do emprego formal na AMOSC e em Santa Catarina podem ser observados na Tab. 2.

Tabela 2 – Número de trabalhadores com emprego formal em Santa Catarina e na AMOSC no período de 1990 a 2002.

Ano	Santa Catarina	AMOSC	Participação (%) da AMOSC em SC
1990	824.845	23.713	2,87
1995	903.909	33.921	3,75
2000	1.0770877	41.251	3,83
2002	1.235.612	48.051	3,89

Fonte: RAIS – Ministério do Trabalho e Emprego.

O aumento no número de empregos formais vem ocorrendo tanto no estado quanto na AMOSC. No entanto, a região vem apresentando elevação em sua participação no estado, passando de 2,87% em 1990 para 3,88%, em 2002.

O setor da indústria é o que mais emprega, dividido nos mais variados segmentos. Conforme a RAIS 2002, na AMOSC a fabricação de produtos alimentares e bebidas detém 60,95% dos estabelecimentos; fabricação de móveis e indústrias diversas tem 10,34% dos estabelecimentos e a fabricação de máquinas e equipamentos tem 4,57% dos estabelecimentos industriais. Entre os demais segmentos da indústria com representatividade está a fabricação de produtos de metal, de produtos de madeira, de artigos de borracha, couro e vestuário e de máquinas, aparelhos e material elétrico.

e) Renda

A renda *per capita* média da AMOSC é de R\$ 244,88, inferior à média estadual (R\$ 348,72) e nacional (R\$ 268,48), conforme pode ser visto na Tab. 3 que apresenta também os índices de desigualdade da distribuição da renda.

Entre os municípios que compõem a AMOSC, a renda *per capita* varia entre R\$ 145,53 e R\$ 389,92. A renda *per capita* mais elevada é verificada em São Carlos (R\$ 389,92) e, na sequência, aparecem Chapecó (R\$ 341,64) e Nova Erechim (R\$ 318,05). A menor renda *per capita* ocorre nos municípios de Guatambú (R\$ 145,53), Jardinópolis (R\$ 163,26) e Sul Brasil (R\$ 166,92). Para se obter mais informações quanto à distribuição dessa renda entre os indivíduos, analisamos os Índices de Gini e de Theil.

O Índice de Gini médio da região é de 0,56, valor igual ao verificado para Santa Catarina, porém abaixo da média nacional de 0,63. A desigualdade média da renda na AMOSC é, no entanto, menor que a média brasileira. Na AMOSC, a renda *per capita* melhor distribuída está em Serra Alta (0,47), Guatambu (0,52) e Coronel Freitas, Jardinópolis e Sul Brasil (0,53). De acordo com esses índices, os municípios que possuem renda mais concentrada são: Caxambu do Sul (0,65) e

Formosa (0,62), seguidos por Irati, Quilombo e São Carlos com índice de 0,61.

Tabela 3 – Renda per Capita, índices de Gini⁵ e Theil, dos municípios da AMOSC em 2000.

Municípios	Renda <i>per capita</i> * (R\$)	Índice de Gini	Índice de Theil
Águas de Chapecó	262,02	0,59	0,64
Águas Frias	271,11	0,56	0,58
Caxambu do Sul	186,00	0,65	0,83
Chapecó	341,64	0,57	0,59
Cordilheira Alta	315,96	0,54	0,53
Coronel Freitas	243,86	0,53	0,50
Formosa do Sul	238,11	0,62	0,72
Guatambú	145,53	0,52	0,50
Irati	167,98	0,61	0,73
Jardinópolis	163,26	0,53	0,53
Nova Erechim	318,05	0,55	0,53
Nova Itaberaba	231,30	0,59	0,63
Pinhalzinho	271,07	0,55	0,53
Planalto Alegre	257,73	0,56	0,56
Quilombo	260,88	0,61	0,69
Santiago do Sul	175,19	0,58	0,59
São Carlos	389,92	0,61	0,71
Serra Alta	227,31	0,47	0,40
Sul Brasil	166,92	0,53	0,53
União do Oeste	263,75	0,54	0,54
Média da AMOSC	244,88	0,56	0,59
Santa Catarina	348,72	0,56	0,55
Brasil	268,48	0,63	0,69

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

Nota - * Valores de agosto de 2000.

Já o Índice de Theil, que mede a distribuição dos indivíduos segundo a renda domiciliar *per capita*, mostra que o grau de concentração da região é de 0,59, superior à média estadual (0,55) e menor que a brasileira (0,69). Entre municípios da AMOSC, a menor concentração ocorre em Serra Alta (0,40), Coronel Freitas e Guatambu com índice de 0,50. Já a maior concentração é registrada em Caxambu do Sul (0,83), Irati (0,73) e São Carlos (0,71).

⁵ Os dois índices medem o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos, segundo a renda domiciliar *per capita*. Porém, no Índice de Gini o valor varia de 0 quando não há desigualdade (a renda de todos possui mesmo valor) a 1 quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo da sociedade detém toda a renda e a dos demais é nula). Já o Índice de Theil é o logaritmo da razão entre as médias aritmética e geométrica das rendas individuais, sendo nulo quando não existir desigualdade de renda entre os indivíduos e tendente ao infinito quando a desigualdade tender ao máximo. Para seu cálculo, se excluem do universo os indivíduos com renda domiciliar *per capita* nula.

Cabe destacar também algumas particularidades entre os municípios, tais como:

- a) O município de São Carlos tem a maior renda *per capita* da AMOSC, mas apresenta elevados índices de concentração (Índice de Gini 0,61 e Índice de Theil 0,71);
- b) Caxambu do Sul possui renda concentrada, mesmo sendo baixa em relação aos demais municípios;
- c) A renda *per capita* de Guatambu e Serra Alta é baixa, porém pouco concentrada quando comparada aos outros municípios da região.

ALGUNS CONCEITOS UTILIZADOS NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

a) Região

Existem muitas discussões quanto ao conceito de região, pois muitas vezes a região é definida a partir do que se pretende estudar – que pode ser aspectos econômicos, sociais ou culturais – desde que exista certa articulação entre os elementos que compõem o objetivo do estudo.

Alguns autores, como Lobato Corrêa (1987, p.45), definem uma região considerando a ocupação e as transformações provocadas pelos indivíduos, em determinado espaço:

[...] pode-se dizer que a região é considerada uma entidade concreta, resultado de múltiplas determinações, ou seja, da efetivação dos mecanismos de regionalização sobre um quadro territorial já previamente ocupado, caracterizado por uma natureza já transformada, heranças culturais e materiais e determinada estrutura social e seus conflitos.

É nesse sentido que Etges (2001, p.351), afirma que

[...] à medida em que a sociedade vai se apropriando de determinado território, ela vai imprimindo suas marcas; quanto mais desenvolvida ela for, no sentido de dispor de tecnologia para intervir na natureza, mais ela vai moldando o território, visando atender as suas necessidades ou interesses.

Benko (1999, p.20) concorda com a mesma linha de pensamento: “a evolução da noção de região no século XX fez os economistas, os geógrafos, os historiadores e os sociólogos compreenderem que a região é um produto social gradualmente construído por sociedades nos respectivos espaços de vida”.

Existe grande diversidade de definições para região. Cada autor inclui termos e variáveis que considera mais adequados ao estudo que se propõe a desenvolver e dessa forma desenvolve o próprio conceito de região. Neste estudo seguiu-se a definição de Lobato Corrêa (1987), que considera a região a partir das

transformações provocadas pelos indivíduos ao ocuparem determinado espaço.

b) Desenvolvimento econômico

Definir desenvolvimento não é uma tarefa muito simples. Por muito tempo, o desenvolvimento foi visto apenas como crescimento econômico. Para Siedenberg (2001), o uso do termo desenvolvimento a partir de meados da década de 1980 ocupou lugar de destaque nas políticas públicas, na mídia e em outras publicações. O problema está no fato de que muitas vezes se fala em desenvolvimento sem ter a devida explicação do que se entende por desenvolvimento.

Segundo Souza (1999), não existe uma definição totalmente aceita de desenvolvimento. No entanto, pode-se identificar duas correntes de pensamento entre os economistas: a primeira, de inspiração mais teórica, considera crescimento e desenvolvimento como sinônimos. A segunda corrente, mais empírica, considera o crescimento como uma condição para o desenvolvimento, porém só o crescimento não é suficiente.

Furtado (1988, p.53) define o desenvolvimento para a primeira corrente de pensamento como “[...] a evolução de um sistema social de produção que, por intermédio de acumulação e progresso tecnológico, torna-se mais eficiente, ou seja, aumenta a produtividade de sua força de trabalho como um todo”.

A segunda corrente de pensamento considera o crescimento econômico como simples variação quantitativa do produto, ao passo que o desenvolvimento proporciona alterações na qualidade de vida da população.

Desenvolvimento econômico define-se, portanto, pela existência de crescimento econômico contínuo (g), em ritmo superior ao crescimento demográfico (g^*), envolvendo mudanças de estruturas e melhoria de indicadores econômicos e sociais. Compreende um fenômeno de longo prazo, implicando o fortalecimento da economia nacional, a ampliação da economia de mercado e a elevação geral da produtividade. Com o desenvolvimento, a economia adquire maior estabilidade e diversificação; o progresso tecnológico e a formação de capital tornam-se gradativamente fatores endógenos, isto é, gerados predominantemente no interior do país (SOUZA, 1999, p.22).

Nesse sentido, o desenvolvimento não é um processo no qual o objetivo é alcançado imediatamente: será atingido com o passar do tempo, através do crescimento da economia, quando as condições de vida da população alcançarem melhoria.

Até alcançarem o estágio de desenvolvidos, os países passam por modificações econômicas e sociais. Na concepção de Stiglitz (1998), o desenvolvimento representa uma transformação da sociedade, uma mudança das relações tradicionais, das maneiras tradicionais de pensar, de lidar com a saúde e com a educação, dos métodos tradicionais de produção, em favor de meios mais modernos.

c) Desenvolvimento regional

As abordagens teóricas referentes ao desenvolvimento regional encontram-se ainda em construção. Os autores buscam elaborar argumentos e teorias que possam explicar as diferentes dinâmicas que influenciam as regiões. Para Lopes (1995, p.289), "... está ainda por formular uma teoria de aceitação geral em torno do Desenvolvimento Regional"⁶.

Os estudos relacionados ao desenvolvimento regional estão envolvendo diferentes áreas, que buscam na interdisciplinaridade a possibilidade de melhor compreender a diversidade de aspectos que envolvem o regional. Lopes (1995) diz que uma das razões do interesse crescente quanto ao desenvolvimento regional está na necessidade de elaborar planos que tomem conta da diversidade espacial. Nas últimas décadas, as formulações teóricas do desenvolvimento regional vêm apresentando duas tendências: na primeira as regiões são vistas cada vez menos isoladamente e cada vez mais no sistema de regiões a que pertencem; a segunda, que não pode ser dissociada da primeira, tem avançado na abordagem pluridisciplinar dos problemas da região, tomando os fatores de ordem econômica apenas como alguns dos fatores a serem considerados. Entre esses fatores, a serem considerados nas formulações teóricas do desenvolvimento regional, estão os relacionados à organização da sociedade que faz parte da região.

A participação da sociedade organizada como alavancadora do desenvolvimento regional é defendida por Becker (2002), ao considerar que as estratégias bem sucedidas de desenvolvimento regional estão associadas às estratégias (re)estruturantes do desenvolvimento regional (vontades coletivas regionais). Essas estratégias são executadas pelas organizações e instituições das comunidades regionais, ou seja, as estratégias são formuladas e executadas por sujeitos coletivos regionais.

Tomando por base essa perspectiva, desenvolvimento regional é definido por Becker (2002, p.56) como:

[...] um processo de transformações econômicas, sociais e políticas, cuja dinâmica é imprimida desde dentro e por iniciativa própria desses sujeitos (inovadores tecnológicos e criadores ideológicos) coletivos regionais, manifesta nas mudanças estruturais ou qualitativas que um processo de desenvolvimento regional sofre, a partir de alterações endógenas.

O desenvolvimento regional visa a um desenvolvimento mais voltado às especificidades de cada local, buscando integrar de forma interdisciplinar os aspectos naturais, econômicos e sociais. Para tanto é fundamental a interação e a participação da comunidade, com o objetivo de potencializar os pontos positivos e também a busca conjunta de soluções para os pontos críticos.

⁶ Grifos no original.

d) Polos de crescimento

A teoria dos polos de crescimento foi elaborada pelo economista francês François Perroux em 1955. Segundo Barbosa (1977), a teoria foi elaborada a partir da constatação de que o crescimento não surge em todos os lugares ao mesmo tempo. Manifesta-se em pontos ou em polos de crescimento, com intensidades variáveis e é transmitido pelos diversos canais com efeitos finais variáveis para o conjunto da economia:

i) o crescimento é localizado e não disseminado no espaço ou no aparelho produtivo. ii) o crescimento é forçosamente desequilibrado; iii) a interdependência técnica é um fator a se destacar na transmissão do crescimento (BARBOSA, 1977, p.140).

Paelinck (1977) cita que um polo de crescimento é constituído por uma indústria que, através dos fluxos de produtos e rendas que pode gerar, condiciona a expansão e o crescimento de outras indústrias tecnicamente ligadas a ela. Pode ainda impulsionar o setor terciário e aumentar a renda regional em função da concentração de novas atividades nas proximidades.

Além de o crescimento econômico regional não acontecer simultaneamente sobre todo o espaço de uma região, são necessárias algumas condições naturais ou impulso externo para que ele aconteça. Na teoria dos polos de crescimento, o impulso é dado pela indústria motriz, a partir da qual o crescimento se propaga.

Segundo Perroux (1977), as indústrias motrizes promovem antes das outras a separação dos fatores de produção, a concentração dos capitais sob mesmo poder, a decomposição técnica das tarefas e mecanização. Durante períodos determinados, a taxa de crescimento do próprio produto é mais elevada que a taxa média de crescimento do produto industrial e do produto da economia nacional.

De acordo com Paelinck (1977), a empresa motriz vai exercer influência sobre a região de duas maneiras: sobre os fluxos e pelas inovações técnicas. Os fluxos monetários exercerão influência no que diz respeito às previsões de gastos da empresa dominante. Já a influência das inovações técnicas da empresa dominante, sobre as rendas reais disponíveis na região, ocorrerá sobre as técnicas de fabricação e sobre os custos intermediários das empresas que utilizam os produtos da empresa principal.

A influência da empresa sobre a região pode ocorrer quando essa não transmite as melhorias de eficiência em seus preços, mas guarda para si os lucros resultantes. Nesse caso, a empresa disporá de recursos financeiros suplementares, podendo exercer pressão sobre a região por meio da distribuição de capital na forma de dividendos⁷, utilizando estes fundos em pesquisas tecnológicas, pela construção de empresas 'piloto' ou através de investimentos em novas linhas de produção.

Outra forma de atuação da indústria motriz sobre a vida regional é através

⁷ Para tanto, é necessário que os acionistas sejam da própria região; caso contrário, os recursos poderão ser aplicados em outro local.

da aglomeração de população que estimulará o aumento de atividades agrícolas e pecuárias necessárias ao fornecimento de alimentos, bem como a formação de atividades terciárias. Além disso, as indústrias motrizes também exercem um efeito de economias externas sobre outra indústria. As indústrias são ligadas entre si pelas vendas de bens e serviços e pelas compras no mercado de fatores. Se esses elementos dependerem da técnica e de suas mudanças, estarão também por elas ligadas.

O desenvolvimento de diversas indústrias ligadas a uma indústria motriz acaba por originar um complexo de indústrias. Nesse complexo, ocorre a intensificação das atividades econômicas, em função do aumento de indústrias, da expansão do comércio, da aglomeração populacional e de empresas prestadoras de serviços para atenderem ao aumento de população, impulsionando os mais diversos segmentos da economia.

e) Base exportadora

A teoria da base exportadora tem em Douglas North seu maior expoente. Para explicar como as regiões crescem, North (1977a) se reporta à base de exportação. As indústrias destinadas à exportação devem ser distinguidas das indústrias residenciais⁸ e, para determinar a área de mercado de cada indústria, é empregado o coeficiente de localização. O coeficiente de localização compara a concentração de emprego de uma determinada indústria em uma área (a economia objeto, no caso a região) com outra área (a economia de referência, a nação).

Com relação à base de exportação, essa desempenha papel vital na determinação do nível de renda absoluto e *per capita* de uma região. Para North (1977a), o efeito indireto, exercido pela base de exportação sobre determinada região, é o mais importante. Isso porque a indústria local depende inteiramente da demanda da própria região e, historicamente, tem-se mostrado a dependência da base de exportação.

A base exportadora também atua na formação dos centros nodais⁹. Esses centros crescem em função de vantagens locacionais especiais, as quais diminuem os custos de transferência e processamento dos artigos de exportação. Os centros nodais se tornam centros comerciais, ponto de saída das exportações e de chegada das importações para distribuição. Nesses centros se desenvolvem as indústrias subsidiárias para servir à indústria de exportação, bem como serviços como bancos, serviços de corretagem e outros serviços que atuam para melhorar a posição do custo dos artigos de exportação.

Quanto ao crescimento regional, está intimamente vinculado ao sucesso de suas exportações e pode ocorrer como resultado da melhoria da posição das exportações existentes relativamente às áreas competitivas. Pode ocorrer também

⁸ Indústria voltada para o mercado local, que se desenvolve onde reside a população consumidora.

⁹ O termo refere-se a lugares que têm vantagens de transferências estratégicas em relação aos custos de aquisição e distribuição, tornando-se centros de processamento.

como resultado do desenvolvimento de novos produtos de exportação.

Tendo claro que o crescimento regional está ligado à base de exportação, convém examinar as razões do crescimento, do declínio e da mudança da base exportadora. Em regiões que dependem da base exportadora, o declínio de um produto de exportação deve ser acompanhado pelo crescimento de outros, pois, caso contrário, a região corre o risco de ficar 'encalhada'. North (1977a, p.308) cita as principais razões para o declínio de um produto de exportação: "[...] as mudanças na demanda exterior à região, a exaustão de um recurso natural, os custos crescentes de terra ou trabalho, em relação aos de uma região competidora, e as mudanças tecnológicas que alteram a composição relativa dos insumos."

Em relação ao crescimento de novas exportações, merece destaque o desenvolvimento dos transportes, o aumento da renda e da demanda em outras regiões, os progressos tecnológicos e a participação da esfera governamental na criação de benefícios sociais básicos. Para a manutenção do crescimento da região, com o passar do tempo é necessário que a base exportadora seja diversificada e com isso surjam indústrias voltadas ao fornecimento de matéria-prima, de serviços e de indústrias de consumo local.

Ao falar da contribuição da agricultura para o desenvolvimento regional, North (1977b) discorda de autores que consideram que o desenvolvimento sempre ocorre a partir de matrizes locacionais urbano-industriais e colocam a agricultura como uma variável dependente no processo. A exportação de produtos agrícolas pode promover o crescimento e o desenvolvimento de economias externas, ao induzirem a divisão do trabalho, à especialização e ao engajamento com o comércio externo.

Se o produto exportado demandar diversas atividades subsidiárias, como transportes, armazenagem e outras instalações, estará impulsionando as economias externas. Dessa forma, o desenvolvimento de uma região pode ocorrer a partir da agricultura e, posteriormente, voltar-se para a indústria.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: OS ÍNDICES CALCULADOS

Para identificar a presença de pré-condições da teoria dos polos de crescimento foram utilizadas informações históricas referentes à formação e ao desenvolvimento do setor industrial na região. Foram efetuadas entrevistas nas agroindústrias e nas prefeituras para identificar quais os insumos, equipamentos e demais atividades de apoio são adquiridas pelas agroindústrias nas empresas instaladas no município.

Quanto à verificação da base exportadora da região da AMOSC, utilizou-se a metodologia de Piacenti *et al.* (2002). A partir de dados da RAIS de 2002 e de 1997, calcularam-se o Quociente Locacional (QL), o Coeficiente de Especialização, a Base Exportadora e o Multiplicador de Emprego.

a) Quociente Locacional (QL): é utilizado para comparar a participação

percentual de uma região, em um setor específico, com a participação percentual da mesma região no total do emprego da economia nacional. Se o valor do quociente for maior do que 1, indica que a região é relativamente mais importante, no contexto nacional, em termos do setor, do que em termos gerais de todos os setores.

b) Coeficiente de Especialização (CE): objetiva investigar o grau de especialização das economias regionais num dado período, ou seja, compara a estrutura produtiva de uma região com a estrutura produtiva nacional. O coeficiente varia de 0 a 1 e quanto maior o valor do CE (mais próximo de 1), mais a região possui estrutura produtiva especializada relativamente à do espaço nacional.

Seu cálculo é efetuado da seguinte forma: $CE = [(TN_i / TN) - (TE_i / TE)] / 2$, em que CE = Coeficiente de especialização; TN_i = Total de emprego no setor i na região; TN = Total de emprego em todos os setores na região; TE_i = Total de emprego no setor i do país; TE = Total de emprego em todos os setores no país.

c) Base de Exportação: é utilizada para identificar os elementos fundamentais que formam a base de exportação e a partir disso faz-se o cálculo do multiplicador do emprego básico. Se o emprego está ligado às atividades básicas de exportação, ou seja, pela relação $(SI / S) > (Ni / N)$, o valor obtido será maior que 1. Nesse caso, supõe-se que a região exporta o excedente para outras regiões. A partir do cálculo do emprego básico de um país é possível determinar as atividades e o emprego básico e não básico da região – neste caso, da AMOSC.

A base de exportação é calculada pela fórmula: $Bi = Si - St (Ni / Nt)$, em que Bi = Emprego básico da atividade na região; Si = Emprego na atividade i na região; St = Emprego total na região; Ni = Total de emprego na atividade no país; Nt = Total de emprego no país. O emprego não básico (ENB) da região é dado pela diferença entre o emprego total da região (St) menos o emprego básico (Bi), ou seja, $ENB = St - Bi$.

d) Multiplicador de emprego: o multiplicador indica que quanto maior o acréscimo do emprego local gerado por uma unidade adicional do emprego total, induzida pelo crescimento do emprego básico, menor será o nível total de fugas para fora da região e, logo, maior será o valor do multiplicador.

O valor mínimo do multiplicador é 1, o que ocorre quando $\Delta ENB / \Delta St = 0$, ou seja, quando a variação do emprego não básico por uma variação do emprego total for nula. Nesse caso, o acréscimo da procura local associada à expansão das exportações é integralmente satisfeito pelas importações.

Para efetuar o cálculo da variação do multiplicador do emprego, utilizaram-se os dados da RAIS de 1997 e 2002. O emprego total consiste na soma do emprego básico com o emprego não básico: $St = Bi + ENB$, em que St = Emprego total na região; Bi = Emprego básico da atividade na região; ENB = Emprego não básico da região.

Na sequência de um aumento da procura externa, a variação do emprego total da região será dada pela soma da variação de cada um de seus componentes

$$\Delta St = \Delta Bi + \Delta ENB.$$

O multiplicador de emprego básico (K) pode ser definido como: $K = \Delta St / \Delta Bi$. Ou seja, a variação do emprego total é induzida, em média, por uma variação unitária e exógena do emprego básico. Substituindo ΔBi tem-se: $K = \Delta St / (\Delta St - \Delta ENB)$. Dividindo-se ambos os membros por ΔSt obtém-se a fórmula para o cálculo do multiplicador do emprego: $K = 1 / (1 - (\Delta ENB / \Delta St))$, em que K = Multiplicador de emprego da região; ΔSt = Variação do emprego total; ΔENB = Variação do emprego não básico.

IDENTIFICAÇÃO DAS PRÉ-CONDIÇÕES TEÓRICAS NA AMOSC

Analisando os diferentes aspectos da AMOSC, verificou-se que a agroindústria, que envolve desde a criação de aves e animais até a indústria de processamento de carnes, constitui-se no mais importante setor da economia regional. Além de ser responsável por significativa parcela da geração de impostos, destaca-se também na geração de empregos diretos e indiretos.

Em municípios onde estão instaladas unidades agroindustriais, essas são responsáveis pela geração de grande parte do valor adicionado do município. Em Chapecó, no ano de 2002, segundo a Prefeitura Municipal de Chapecó (2004), 30,39% do valor adicionado teve origem nas agroindústrias de carnes (Sadia S/A, Coopercentral e Chapecó Companhia Industrial de Alimentos). Nos outros municípios que possuem unidades frigoríficas instaladas, a participação destas empresas no valor adicionado também é representativa. Conforme as Prefeituras Municipais de Quilombo e Guatambu, cerca de 32% e 45%, respectivamente, do valor adicionado têm origem neste segmento.

As agroindústrias geram impostos não só nos municípios que comportam unidades industriais ou de apoio, mas também nos municípios que têm na agricultura e pecuária a geração de importante parcela de impostos, a integração de suínos e aves é representativa. As agroindústrias mantêm também uma grande estrutura de apoio para o desenvolvimento de suas atividades, pois além das unidades de industrialização (frigoríficos) e agricultores integrados, existem ainda granjas de matrizes de suínos, centrais de inseminação de suínos, fábricas de rações e granjas de matrizes de aves.

Outro aspecto que demonstra a representatividade do setor para a região é a geração de empregos. Dados da RAIS (2002) mostram que, dos 18.986 empregos formais registrados pela indústria da região da AMOSC, 9.646, ou seja, 51%, estavam no setor de abate e preparação de carnes e pescado¹⁰.

Entre as teorias analisadas, a teoria dos polos de crescimento considera como ponto de partida para o desenvolvimento a presença de uma indústria motriz, que terá a função de impulsionar o crescimento regional. A abordagem teórica original refere-se à indústria em seu sentido estrito – atividades/insumos

¹⁰ Este último é pouco significativo na região.

puramente industriais – mas, em função da influência da agroindústria na região e dos aspectos que a levaram a esta posição de destaque, considera-se que a teoria pode ser aplicada ao caso da agroindústria.

Ao referir-se especificamente ao município de Chapecó, Alba (2002, p.125) afirma que:

As agroindústrias em Chapecó podem ser consideradas o “carro-chefe” do desenvolvimento econômico do município e de boa parte da região. [...] novas indústrias se desenvolveram para atender as necessidades do processo produtivo (indústria ou aviários, chiqueiros, silos, etc.); ampliação do comércio; crescimento quantitativo da população urbana do município [...].

Nesse sentido, é possível identificar diversas indústrias e demais atividades que se desenvolveram em Chapecó e municípios vizinhos em função das agroindústrias:

- expansão no cultivo de produtos agrícolas (milho e soja) e na fabricação de rações;
- ampliação do setor de transporte (fabricação de carrocerias, reboques e câmaras frias, fabricação de peças e acessórios para veículos automotores, recondicionamento de pneumáticos e recuperação/manutenção de motores);
- comércio de combustíveis, de medicamentos veterinários e de caminhões;
- ampliação do transporte coletivo urbano.

É importante salientar que outras empresas tiveram origem após a reestruturação produtiva promovida dentro das agroindústrias na década de 1980, quando foram terceirizadas as tarefas que não eram ligadas diretamente ao produto final. A partir desse processo, surgiram inúmeras indústrias e prestadoras de serviços, muitas delas constituídas por ex-funcionários das empresas frigoríficas.

Muitas dessas empresas, criadas por ex-funcionários das agroindústrias, são fornecedoras de máquinas, equipamentos e acessórios para agroindústrias. Conforme Surdi (2004), entre as atividades dessas novas empresas, pode-se citar:

- fabricação de embalagens, etiquetas, rótulos e caixas;
- fabricação de câmaras frigoríficas;
- fabricação de produtos de metal (caldeiras, tanques, reservatórios, cutelaria e ferramentas manuais, lavadoras de gaiolas, *Schillers*¹¹, tanques para cozimento);
- fabricação e montagem de máquinas e equipamentos para indústria alimentar (máquinas para encher embutidos, depenadeiras, entre outras);
- fabricação de equipamentos utilizados nos aviários e chiqueiros.

¹¹ Espécie de tanque onde ficam as partes de frango até seguirem para outro setor da produção.

Diante das condições encontradas na região e conforme as concepções da teoria dos polos de crescimento, a agroindústria processadora de carnes pode ser considerada a indústria-motriz da AMOSC.

A outra abordagem teórica estudada foi a da base exportadora. Segundo essa abordagem, é possível separar as atividades econômicas de uma região em básicas (as que produzem para o mercado externo) e não básicas (produzem para o consumo da região). Ou seja, são indústrias que produzem para exportação e indústrias residenciais, aquelas que produzem para o consumo local. Conforme essa concepção, o crescimento regional está ligado à renda gerada pela base exportadora. Desde que os recursos gerados pela base exportadora sejam investidos na região, irão proporcionar condições para o desenvolvimento de indústrias ligadas à base de exportação, de serviços, de indústrias para consumo local e de outras indústrias chamadas 'sem raízes'.

Para verificar se a agroindústria é a base exportadora da AMOSC, utilizou-se o número de pessoas empregadas na atividade de 'abate e preparação de carnes e pescado'¹², calculou-se o Quociente Locacional (QL), o Coeficiente de Especialização e o Multiplicador de Emprego, apresentados na Tabela 4.

Tabela 4 – Indicadores de especialização da AMOSC no ano de 2002.

Indicador	Valor
Quociente Locacional (QL)	25,43
Coeficiente de Especialização (CE)	0,96425
Multiplicador de emprego da região (K)	1,0826138

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da RAIS 1997 e 2002.

Esse resultado indica que, com um QL de 25,43, o segmento da agroindústria em termos de setor é significativamente mais importante no cenário nacional do que os demais setores econômicos da região. Através do Coeficiente de Especialização (CE) pode-se inferir que a região da AMOSC é altamente especializada na agroindústria de transformação de carnes, haja vista que o coeficiente obtido foi de 0,96 para um indicador que varia entre 0 e 1.

Já o multiplicador de emprego mostra que, para cada emprego a mais no segmento da agroindústria, são gerados 1,08 empregos em outros setores, ou seja, o aumento de um emprego no setor básico (ligado à exportação) impulsiona a criação de 1,08 empregos nos setores não básicos. Esses indicadores nos permitem afirmar que a agroindústria constitui a base exportadora que impulsionou o desenvolvimento regional da AMOSC, gerando a renda necessária ao investimento para desenvolver os outros setores da economia.

¹² Segundo a CNAE 1.0 / CNAE-Fiscal 1.1, estão inclusas nesta subdivisão as atividades de abate de reses, preparação de produtos da carne; abate de aves e outros pequenos animais e preparação de produtos de carne e preparação de carne, banha e produtos de salsicharia não associados ao abate.

Diante do exposto, é possível constatar que na AMOSC encontram-se presentes as pré-condições citadas pelas teorias dos polos de desenvolvimento e da base exportadora como necessárias para o desenvolvimento regional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após verificar as concepções teóricas que visam explicar o desenvolvimento regional e estudar as características encontradas na região da AMOSC, constatou-se que a agroindústria compõe a base exportadora e que este segmento pode ser considerado a indústria-motriz que impulsionou o crescimento econômico regional. O multiplicador de emprego indica que para cada emprego gerado no segmento da agroindústria são gerados outros 1,08 empregos nos demais setores da economia local.

Analisando a AMOSC a partir dos indicadores socioeconômicos, observa-se que naqueles municípios onde a economia está em fase/estágio mais avançado, existem melhores condições de vida para a população. Os municípios que possuem atividades econômicas ligadas à indústria, ao comércio e aos serviços além da agropecuária apresentaram os maiores indicadores de desenvolvimento. Esse fato parece estar ligado principalmente à renda, pois nesses municípios as oportunidades de emprego são maiores.

Outro indicador relacionado à renda é o valor adicionado. Nos municípios em que este indicador possui valores mais elevados, a diversidade de atividades econômicas é maior, e são também encontrados melhores indicadores de condições de vida quando comparados estes municípios aos de valor adicionado menor.

Já nos municípios em que a base econômica está mais centrada na agropecuária foram constatados os mais baixos índices de desenvolvimento. Nesses municípios a maior parcela da população reside no meio rural e desempenha atividades ligadas à agricultura e à pecuária.

A exclusão de muitos agricultores da atividade suinícola serviu para acelerar o processo de êxodo rural, pois houve perda de importante fator gerador de renda para as pequenas propriedades. Atualmente parcela representativa dos agricultores que desejam ingressar em atividades integradas (aves ou suínos) à agroindústria, não dispõe de capital necessário à construção das instalações (chiqueiro ou aviário).

As dificuldades encontradas pelos indivíduos do meio rural, como a falta de renda, de alternativas econômicas e de políticas de apoio, levam muitas pessoas a mudar para as cidades em busca de emprego e melhores condições de vida. O agravamento das condições de vida da população rural reflete-se em problemas para as maiores cidades da região (desemprego, violência), como é o caso de Chapecó, que, mesmo concentrando as atividades de processamento de carnes, responsáveis pela geração de grande parte da oferta de empregos, não é suficiente para atender à crescente população.

O fato de a região ser altamente especializada não é suficiente para garantir um desenvolvimento maior para os municípios da região. O desenvolvimento dos municípios da AMOSC não pode ficar atrelado somente a um segmento econômico como tem sido até o momento. Na AMOSC o setor agroindustrial é altamente desenvolvido, principalmente no segmento que envolve o abate e preparação de carnes e derivados. No entanto, o desenvolvimento desse setor específico não se espalhou para todos os municípios da região. Os indicadores socioeconômicos mostram que a região não é desenvolvida e que somente um segmento específico é que a faz destacar-se no estado e no país.

A diversificação da economia em direção a outros setores faz-se necessária para aumentar a geração de empregos e ampliar a base econômica. Através da diversificação das atividades econômicas, a região terá condições de aumentar sua capacidade de reação e enfrentamento diante dos períodos de crises. O fato de a região possuir uma base exportadora bastante representativa também a deixa vulnerável a problemas ligados ao mercado externo, principalmente no que tange a barreiras sanitárias – como tem sido o caso das restrições às exportações de carne suína para a Rússia em 2003/4.

Nas maiores cidades da AMOSC, como Chapecó, Coronel Freitas, Nova Erechim, Pinhalzinho e São Carlos, observa-se a existência de indústrias ligadas a diferentes setores (moveleiro, têxtil e metal-mecânico), comércio já desenvolvido ou em desenvolvimento e variadas atividades ligadas ao setor de serviços. É justamente nesses municípios que se encontram os melhores indicadores socioeconômicos. Outro indicativo de que a diversificação da base econômica é importante aparece no Valor Adicionado dos municípios. Os municípios que possuem Valor Adicionado mais elevado são aqueles nos quais comércio, indústria e serviços são mais representativos.

THE REGIONAL DEVELOPMENT OF AMOSC FROM THE THEORIES OF EXPORT BASIS AND POLES OF GROWTH

ABSTRACT

Development is very present in speeches, discussions and studies by different institutions and an area that is gaining ground is the regional development. From this observation, we sought to identify the presence of theoretical preconditions that influence the development of a region, taking as reference the theories of the export basis and growth poles. The chosen area was the Association of Municipalities of West Santa Catarina - AMOSC - that parts from West Santa Catarina, known by the presence of meat (poultry and pigs) processing agribusiness. Its effective occupation occurred after the arrival of immigrants from Rio Grande do Sul and market-oriented economic activities began with the timber and, subsequently, with diversified agricultural production, carried

out on small rural properties. The business capital was the basis for the implementation of refrigerators for the processing of meat and swine products and the expansion of agribusiness occurred from the integration with the farmers who supplied the raw material for the industry. Regarding the theories analyzed, it was found that the agribusiness of meat processing and meat products played the role of industry-driving; in other words, boosted the development of other activities and industries. Agribusiness also represents the export basis, which promoted the economic expansion of AMOSC.

Keywords: region, regional development, socio-economic indicators

REFERÊNCIAS

- ALBA, Rosa S. **Espaço urbano**: os agentes da produção em Chapecó. Chapecó: Argos, 2002.
- BARBOSA, Aluísio. **Polos de desenvolvimento**: nota introdutória. In: Schwartzman, Jacques (org.). *Economia regional*. Belo Horizonte. UFMG, Cedeplar, 1977, p. 139-145.
- BECKER, Dizar Fermiano. A economia política do desenvolvimento regional contemporâneo. **Redes**, Santa Cruz do Sul, vol.7, n.3, set/dez/2002, p. 35-39.
- BENKO, Georges. **A ciência regional**. Portugal: Celta, 1999.
- ETGES, Virgínia Elisabete. A região no contexto da globalização: o caso da região do Vale do Rio Pardo. In: VOGT, Olgário & SILVEIRA, Rogério L. (org.). **Vale do Rio Pardo**: (re) conhecendo a região. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2001, p. 352-365.
- FURTADO, Celso. Desenvolvimento. In: CAIDEN, Gerald, CARAVANTES, Gerald do R. **Reconsideração do conceito de desenvolvimento**. Caxias do Sul: Educ, 1988, p. 45-70.
- GOULARTI FILHO, Alcides. Origem e crescimento do capital industrial em Santa Catarina: 1980 a 1945. In: **Terceiras Jornadas de História Econômica**. Montevideo, 9 a 11 jul/2003. CD-Room.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo Agropecuário 1985. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 08 de maio de 2004.
- _____. Censo Demográfico 2000. Disponível em: <<http://ibge.gov.br>>. Acesso em: 12 de junho de 2004.
- LOBATO CORRÊA, Roberto. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 1987.
- LOPES. A. Simões. **Desenvolvimento Regional**: problemática, teoria, modelos. 4 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.

MELLO, Márcio A. e SCHMIDT, Wilson. A cadeia produtiva do leite e a agroindústria familiar do Oeste de Santa Catarina: possibilidade para o desenvolvimento. In: **Cadernos de Economia**. Chapecó: Unoesc, ano 6. N.10, jan/jun/2002, p. 7-30.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS). Departamento de Emprego e Salário (DES). Coordenação Geral de Estatísticas do Trabalho e Identificação Profissional (CGETIP). CD-ROM. 1997 e 2002.

NORTH, Douglas C. Teoria da localização e crescimento econômico regional. In: SCHWARTZMAN, Jacques (org.). **Economia regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte: Cedeplar – UFMG, 1977 (b), p. 333-343.

PAELINK, Jean. A teoria do desenvolvimento regional polarizado. In: SCHWARTZMAN, Jacques (org.). **Economia regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte: Cedeplar – UFMG, 1977, p. 157-194.

PERROUX, François. O conceito de polo de crescimento. In: SCHWARTZMAN, Jacques (org.). **Economia regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte: Cedeplar – UFMG, 1977, p. 145-156.

PIACENTI, Carlos Alberto et al. A dinâmica da base de exportação das regiões do Brasil. **Estudo & Debate**, Lajeado, vol.9, n.2, 2002, p. 95-109.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Disponível em <<http://www.undp.org.br>>. Acesso em: 30 de junho de 2004.

POLI, Jaci. Caboclo: pioneirismo e marginalização. In: **Para uma história do Oeste Catarinense: 10 anos de CEOM**. Chapecó: Unoesc, 1995, p. 71-110.

POLI, Odilon. **Leituras em movimentos sociais**. Chapecó: Grifos, 1999.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ. Valor Adicionado no Município. Setor de Movimento Econômico. Entrevista. Ago./2004.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAMBU. Valor Adicionado. Secretaria de Tributos. Entrevista, set./2004.

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUILOMBO. Valor Adicionado. Setor de Tributação. Entrevista, set./2004.

SIEDENBERG, Dieter R. uma abordagem epistêmico-sistemática do conceito de desenvolvimento. **Revista de Estudos de Administração**. Ijuí: Unijuí, ano2, n.3, jul/dez/2001, p. 5-10.

SOUZA, Nali de Jesus. **Desenvolvimento econômico**. São Paulo, Atlas, 1999.

STIGLITZ, Josep E. **Em busca de um novo paradigma para o desenvolvimento: estratégia, políticas e processos**. Banco Mundial, 1998. Disponível em: <<http://nead.org.br/index.php?acao=biblioteca&arealD=20>>. Acesso em: 22 de julho de 2003.

SURDI, Élio. Empresas Locais Fornecedoras das Agroindústrias. Gerência de REDES, Santa Cruz do Sul, v. 17, n. 1, p. 141 – 163, jan/abr 2012

Compras – Coopercentral. Entrevista. Chapecó, out./2004.

TESTA, V. M. et al. **O desenvolvimento sustentável do oeste Catarinense**: proposta para discussão. Florianópolis: Epagri, 1996.

THEIS, Ivo M.; NODARI, Tania M. dos Santos. A agroindústria de aves e o desenvolvimento regional do meio oeste de Santa Catarina. **Cadernos de Economia**, Chapecó, ano 4, n.7, jul/dez 2000, p. 7-28.